

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.424.752 - PR (2019/0002157-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA
ADVOGADO : ISABEL CRISTINA BONETTI - PR066872
AGRAVADO : COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS
ADVOGADOS : ALEXANDRE PIGOZZI BRAVO - PR056355
MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA E OUTRO(S) - PE023748
LEONARDO LEAL BEZERRA CAVALCANTI - PE025815
AGRAVADO : EDSON RAMOS NOGUEIRA
AGRAVADO : ALESSANDRA MENDES
ADVOGADO : CAMILLA RIBEIRO CARAMUJO MORAES VALEIXO - PR040921

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos (CPC/2015, art. 1.042) interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial em virtude da incidência das Súmulas n. 5, 7 e 211 do STJ (e-STJ fls. 813/816).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fls. 569/571):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO DE SEGURO. INVALIDEZ DO SEGURADO. QUITAÇÃO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE IMÓVEL. PEDIDOS JULGADOS PROCEDENTES.

1. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. APLICABILIDADE.

2. APELOS 1 E 2. FALTA DE INTERESSE RECURSAL. SENTENÇA QUE NÃO INVERTEU O ÔNUS DA PROVA. RECURSOS NÃO CONHECIDOS NESTE PONTO.

3. APELAÇÃO 1 (COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS) 3.1. LEGITIMIDADE ATIVA DA AUTORA ALESSANDRA. CONTRATO DE FINANCIAMENTO E SEGURO PRESTAMISTA FIRMADO PELO CASAL.

3.2. CONTRATO DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL, CONTENDO SEGURO PRESTAMISTA. INVALIDEZ PERMANENTE DO FINANCIADO/ SEGURADO. NEGATIVA DE QUITAÇÃO PELA SEGURADORA. ALEGAÇÃO DE DOENÇA PREEXISTENTE. AUSÊNCIA DE REALIZAÇÃO DE EXAME PRÉVIO. SEGURADORA QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DE PROVAR A MÁ-FÉ DO SEGURADO (ART. 333, II, DO CPC DE 1973). CARACTERIZAÇÃO DO DEVER DE INDENIZAR.

3.3. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

APLICABILIDADE AOS CONTRATOS DE SEGURO. CARACTERIZADA A RELAÇÃO DE CONSUMO APELO (11 CONHECIDO EM PARTE, E NA PARTE CONHECIDA, NÃO PROVIDO).

4. APELAÇÃO 2 (COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA - COHAB CURITIBA)

4.1. LEGITIMIDADE PASSIVA DA COHAPAR CONFIGURADA. CONTRATO DE SEGURO PRESTAMISTA FIRMADO EM CONJUNTO COM O FINANCIAMENTO.

4.2. APLICAÇÃO DAS NORMAS CONSUMERISTAS ÀS COMPANHIAS DE HABITAÇÃO NOS CONTRATOS VINCULADOS AO SFH. ATUAÇÃO COMO AGENTE FINANCIADOR.

APELO (2) CONHECIDO EM PARTE, E NA PARTE CONHECIDA, NÃO PROVIDO.

5. RECURSO ADESIVO (AUTORES).

5.1. PEDIDO DE MAJORAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA SUCUMBENCIAL. VALOR FIXADO DE ACORDO COM A NORMA PREVISTA NO ARTIGO 20, §4, DO CPC/73. MANUTENÇÃO.

RECURSO ADESIVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 631/642).

No especial (e-STJ fls. 646/665), fundamentado no art. 105, III, "a", da CF, a agravante apontou ofensa aos arts. 767 e 801 do CC/2002 e 21 do Decreto-Lei n. 73/1966. Sustentou, em síntese, sua ilegitimidade passiva.

No agravo (e-STJ fls. 819/825), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Sem contraminuta (e-STJ fl. 839).

É o relatório.

Decido.

Da análise dos autos, verifica-se a pretensão do revolvimento do conjunto fático-probatório, bem como da interpretação dos termos do contrato, o que é vedado em recurso especial, mormente quando o Tribunal de origem assim se manifestou sobre o tema (e-STJ fls. 586/587):

3.1. ILEGITIMIDADE PASSIVA.

Pugna a apelante 2, COHAPAR, pelo afastamento de sua condenação, eis que se declara parte ilegítima para figurar no polo passivo da relação processual.

Constata-se que os autores firmaram com a ré/apelante 2, contrato de compromisso de compra e venda de imóvel (fls. 122/127). Ao referido contrato estava vinculada a apólice de seguro (invalidez permanente ou morte) cláusula décima primeira.

Considerando que a própria ré Cohab Curitiba foi quem contratou a seguradora, vinculando-a ao contrato, sendo inclusive responsável pelo recebimento e encaminhamento dos documentos à companhia de seguros, não há como acolher a preliminar de sua ilegitimidade.

Ademais, o seguro na modalidade contratada (prestamista), tem intuito de garantir a liquidação do contrato de financiamento nos casos de o adquirente do imóvel ser acometido pelas fatalidade nele previstas. Assim, a maior beneficiária nesse caso é a própria companhia de habitação que receberá antecipadamente os valores correspondentes às parcelas vincendas em caso de ocorrência de evento coberto.

Incide, portanto, o disposto nas Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

No que diz respeito à apontada violação do art. 21 do Decreto-Lei n. 73/1966, ausente o prequestionamento pelo Tribunal de origem, tampouco os embargos de declaração opostos tratavam do referido dispositivo, sendo aplicável no ponto o teor das Súmulas n. 282 e 356 do STF.

Diante do exposto, NEGÓ PROVIMENTO ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 20% (vinte por cento) o

Superior Tribunal de Justiça

valor atualizado dos honorários advocatícios arbitrados na origem em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 28 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator